

TODOS EM LUTA PELA PLR

Conselho Consultivo indicará calendário de mobilizações

Na última sexta-feira (4/3), a FUP e os sindicatos estiveram reunidos com o diretor financeiro da Petrobrás, José Sérgio Gabrieli, que apresentou formalmente o balanço do Sistema Petrobrás aos representantes dos trabalhadores. A empresa provisionou R\$ 783 milhões para todo o sistema, mas para os trabalhadores da Petrobrás Controladora S.A foram R\$ 660 milhões para o pagamento da PLR 2004. O lucro da empresa no ano passado foi de R\$ 17,7 bilhões.

Na reunião com o diretor, a FUP cobrou o provisionamento da PLR referente ao exercício de 2004 conforme à Lei. No ano passado, foram pagos R\$ 777 milhões de PLR à categoria referente ao exercício de 2003. O diretor da empresa informou, no entanto, que os valores apresentados, incluindo o provisionamento de R\$ 660 milhões, ainda podem ser alterado até a assembleia de acionistas que acontece no dia 31 deste mês. Um aumento da PLR 2004 dependerá das negociações entre a empresa e os petroleiros. Por isso, é fundamental as mobilizações em todo o país. A FUP está convocando os sindicatos filiados para uma reunião do Conselho Consultivo nesta sábado, dia 12, em São José dos Campos (SP). O Conselho

Consultivo discutirá as propostas de mobilizações que vierem das assembleias e reuniões setoriais realizadas pelos sindicatos.

Ato no dia 31 de março

A partir da reunião do Conselho Consultivo, a FUP estará indicando um calendário de mobilizações para março que culminará com um grande ato no dia 31 em frente à sede da empresa, no Centro do Rio, quando estará acontecendo a assembleia dos acionistas da Petrobrás. Como parte do processo de negociação da PLR, a FUP já reivindicou uma reunião com a diretoria da empresa para apresentar a posição da categoria. Até o momento, a empresa não deu resposta à solicitação da Federação. Esperamos que, com a mobilização da categoria, a empresa agende a reunião com a FUP.

Pressão junto ao governo

A Federação também está fazendo pressões junto ao governo Federal para anular a orientação do Ministério do Planejamento de limitar em três remunerações individuais. Na semana passada, a direção da FUP entregou formalmente um documento ao ministro Luiz Dulci reivindicando o cumprimento da lei da PLR. O documento também foi

protocolado nos ministérios do Planejamento, Minas e Energia e da Casa Civil. No texto entregue aos ministros, a FUP faz críticas à imposição do DEST de um teto de três remunerações individuais para o pagamento da PLR.

Teto aumenta concentração de renda

A FUP considera que a resolução nº 10 da DEST já impõe um teto e que essa nova limitação imposta é absurda. O teto de três remunerações vai contra a lei da PLR e anula todos os avanços conquistados pela categoria nos últimos anos, quando conseguimos diminuir a diferença entre o menor e o maior valores recebidos pelos petroleiros. O teto de três remunerações aumenta a concentração de renda e privilegia os maiores salários em detrimento dos menores. Enquanto uns trabalhadores receberão até R\$ 4.500,00 de PLR, outros chagarão a receber cerca de R\$ 90.000,00.

A FUP quer discutir o início da campanha pela PLR 2005 já, neste momento, para que as negociações e o acordo aconteçam ainda este ano. A Federação cobrará também um posicionamento da direção da empresa para que cobrem das empresas terceirizadas a distribuição dos lucros para os trabalhadores por elas contratados.

Empresa aumenta compromisso com Previdência e AMS

Na apresentação do Balanço da Petrobrás, o diretor financeiro da empresa, Sérgio Gabrieli, informou à FUP que a Petrobrás aumentou o seu compromisso com a Petros e a AMS, ao aprovar a mudança das tábuas de mortalidade do Plano Petros, proposta pela diretoria do Fundo. Esta mudança terá impacto contábil nas contas da empresa em mais de R\$ 8 bilhões. Gabrieli explicou que esta mudança também teve que ser aplicada na contabilidade do Programa da AMS já que a massa de usuários da AMS é praticamente a mesma massa do Plano Petros. O impacto contábil nas contas da empresa referente à

AMS é de mais de R\$ 3,0 bilhões. A direção da FUP solicitou explicações quanto à diferença nos valores contabilizados devido a mudança destas tábuas, já que no Fundo este impacto foi contabilizado em aproximadamente R\$ 3 bilhões, o que aumentou o déficit do Plano dos atuais R\$ 2,2 bilhões para mais de R\$ 5 bilhões. O diretor explicou que o impacto dessas mudanças na contabilidade da empresa é maior do que o impacto nas Demonstrações Contábeis da Petros devido à forma de contabilidade adotada pela empresa. A Petrobrás segue as regras contábeis americanas, que são mais conservadoras, enquanto que a

Petros segue as regras contábeis brasileiras. O diretor informou, ainda, que estes valores não terão impacto no exercício findo de 2004, e serão diluídos nos próximos exercícios financeiros da empresa, já a partir de 2005. A Federação considerou que os esclarecimentos da diretoria financeira foram satisfatórios. Quanto às mudanças, a FUP entende que significam o aumento dos compromissos da Petrobrás com o Plano Petros e com a AMS. Mas a FUP cobrou ainda uma solução para os trabalhadores 78/79, para a correção dos benefícios das pensionistas e excluídos do Plano Petros (novos, pré-70 etc).

Dois a zero contra os leilões do petróleo

A continuação do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a Lei de Petróleo, no Supremo Tribunal Federal, deu novo ânimo à luta contra a licitação das áreas petrolíferas do Brasil. No último dia 2, em Brasília, o ministro Marco Aurélio de Mello foi o segundo voto favorável à parte da Ação. Mais que isso: apresentou um parecer incisivo e fundamentado contra o sistema de concessões para a exploração do petróleo por empresas estrangeiras, em andamento no país. Segundo ele, a lei fere a soberania nacional e o interesse público. "A Constituição Federal prevê o monopólio da União sobre as jazidas de petróleo (artigo 177), o que é incompatível com a transferência da propriedade da lavra (petróleo)", ressaltou o ministro. Acrescentou que o Brasil deve resguardar suas reservas e não entregar as riquezas existentes no subsolo ao "lucro fácil". Logo depois desta declaração de voto, outro ministro, Eros Grau, pediu vistas do processo, adiando o restante do julgamento desta Adin para uma data indefinida.

Avaliação da FUP

Na avaliação da FUP, o voto

favorável trouxe uma nova e positiva perspectiva para o desenrolar do julgamento. A contundência do texto apresentado pelo ministro Marco Aurélio vai obrigar os demais magistrados a reavaliarem suas posições.

Federação quer nova lei para o setor

Os petroleiros estarão intensificando as mobilizações junto ao governo contra o sistema de licitações e em favor do projeto de iniciativa popular que a FUP irá encaminhar para mudar a atual Lei do Petróleo. Ainda de acordo com a Federação, com mais esse voto favorável à Adin proposta pelo governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, no início de agosto de 2004, no STF, o próximo processo de licitação (7ª rodada, em outubro) fica comprometido. Isso porque os investidores já estão em dúvida quanto ao resultado do julgamento – dois a zero em favor da Adin, uma vez que o ministro Carlos Ayres Britto já havia declarado seu voto, no ano passado, antes do pedido de vistas de Marco Aurélio. E vale registrar que os efeitos da decisão do Supremo ainda podem ser retroativos, ou seja, afetaria os leilões realizados anteriormente.

FUP e FITEQA organizam seminário dos trabalhadores da Repsol

A FUP e a federação espanhola FITEQA se reuniram, na semana passada, para organizar o I Seminário dos Trabalhadores da Repsol na América Latina. O objetivo é conhecer a realidade de trabalho da Repsol em cada país onde existem atividades da empresa espanhola. O primeiro seminário está marcado para o Rio de Janeiro, em outubro. Em 2006, o evento deverá ser levado à Argentina e, no ano seguinte, o destino poderá ser a Bolívia ou o Peru. A Repsol tem 52% do seu quadro de pessoal na Europa e 43%, na América Latina. Os demais 5% estão espalhados pelo resto do mundo.

Isidor Boix Lluch, dirigente da federação espanhola FITEQA se reuniu com os diretores da FUP, na semana passada. Essa troca de informações entre funcionários da mesma empresa é fundamental para fazer avançar a luta

dos trabalhadores pela igualdade de direitos. Isidor conta, por exemplo, que o salário médio da Repsol, na Europa, é praticamente o dobro da remuneração encontrada na América Latina: 33 mil euros/ano (cerca de R\$ 110 mil) contra 16 mil euros/ano (R\$ 55 mil). E esse cálculo é feito sem a mão-de-obra terceirizada.

Isidor comenta que um segundo objetivo da iniciativa internacional é criar uma página eletrônica sindical para agilizar o intercâmbio entre os trabalhadores. "Existem sindicatos em cada país, mas falta uma coordenação entre todos eles", observa. O dirigente espanhol destaca, ainda, que os seminários não seriam possíveis sem a cooperação da Fundação Paz e Solidariedade, uma ONG espanhola que destina os recursos arrecadados para projetos sindicais.

fique de olho

Participantes elegem seus representantes na Petros

Mais de 22.600 petroleiros participaram do pleito que elegeu a Chapa Unidade em Defesa da Petros dos companheiros Paulo César Martin (titular) e Cláudio Alberto de Souza (suplente) para o Conselho Deliberativo da Petros. Para o Conselho Fiscal foram eleitos Guilherme Vasconcelos (titular) e Reginaldo (suplente). A eleição dos representantes é fundamental para a defesa dos interesses da categoria na gestão do Fundo. Apesar do número de votantes, a FUP considera que o processo de escolha dos representantes da categoria na Petros deve ser mudado. A votação eletrônica pela internet dificulta a participação de todos os 90.000 trabalhadores na eleição. A FUP considera que o processo eleitoral para o conselho da Petros deve ser o mesmo adotado nas eleições dos representantes sindicais, com urnas fixas distribuídas pelos setores da empresa e também itinerantes, percorrendo os locais de trabalho.

8 de março

Dia da Mulher

No Brasil, ainda é grande o preconceito contra as trabalhadoras. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2003, mesmo com um tempo maior de estudo (7 anos contra 6,8 dos homens), as mulheres ainda ganham menos, em média: 49% delas recebem até um salário mínimo; 32% delas, por outro lado, ficam na mesma faixa salarial. Esses dados demonstram a necessidade de uma política de valorização do trabalho da mulher e o fim das desigualdades.